

DESTINAÇÃO HISTÓRICA DAS FORÇAS ARMADAS

José Sarney

O Brasil teve, na construção de suas instituições, um processo completamente diferente da América espanhola. A começar pelo embate brutal da conquista, o sangue e o saque. Hoje, quinhentos anos depois, permanecem ainda as evocações daquelas guerras, que se manifestam em organizações terroristas, como o Sendero Luminoso do Peru e alguns grupos radicais mexicanos que pedem vingança pelos astecas e incas. O "encontro de duas civilizações" foi a melhor maneira de se tentar esquecer a luta pela posse das Índias Ocidentais.

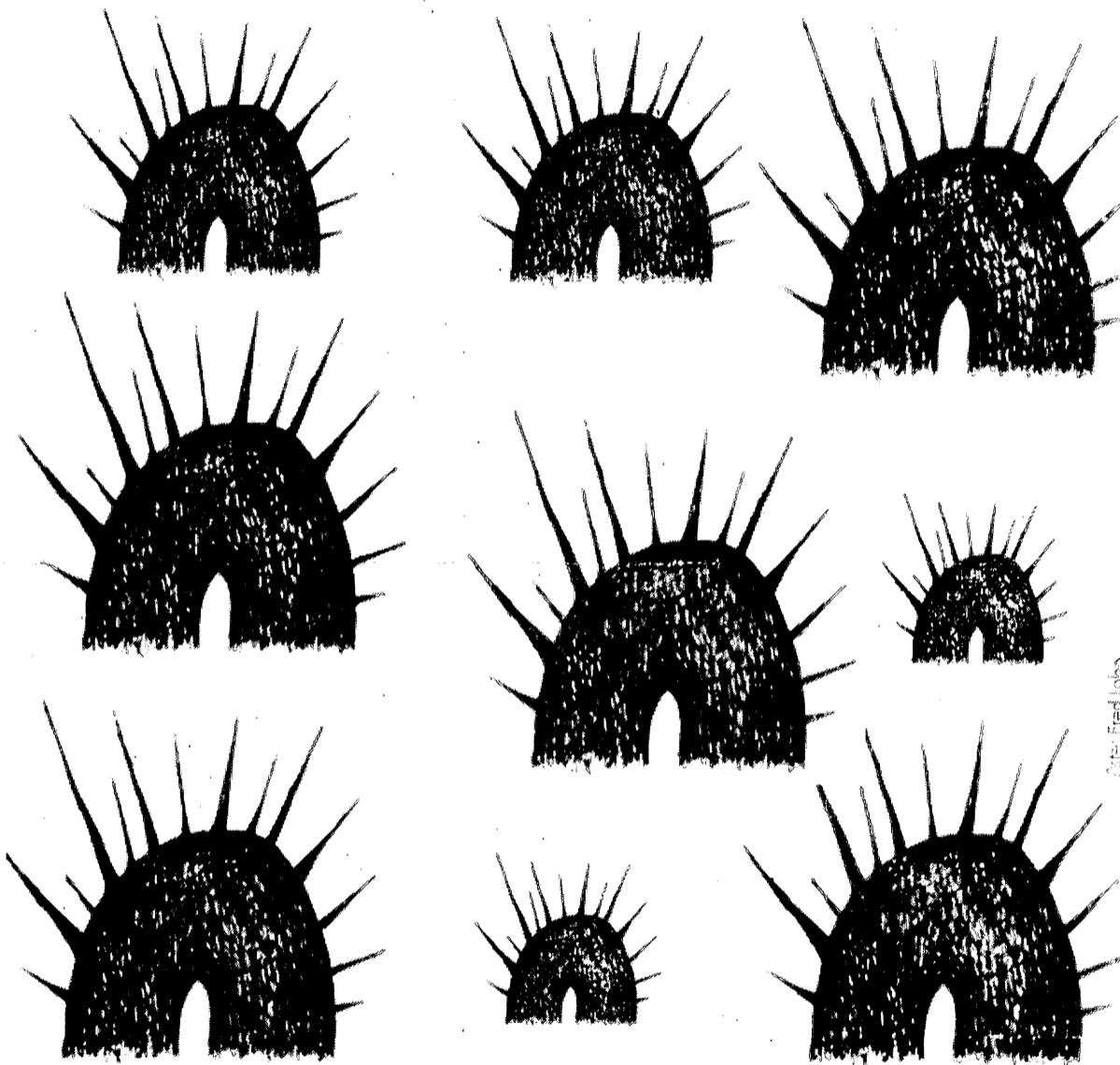
No Brasil, em vez de conquista, tivemos (já usando o jeito de flexibilizar) a colonização, menos sangrenta, mas sem dúvida cruel. O padre Vieira dizia que a infelicidade da terra era motivada pelo sangue derramado dos nossos índios.

O contraste continua com a formação dos estados nacionais. Na América espanhola eles surgem na lâmina da espada, na força das armas, impondo fronteiras e países.

Dizia-se que Bolívar bailara sobre uma mesa, ameaçando acabar com o Império do Brasil. Dom Pedro II acreditava nessa história. A ameaça não era contra o Brasil, mas com a forma de governo monárquico que então adotávamos. Bolívar tinha horror a reis.

Voltemos à Independência. Aqui, ela decorre de fato político. Dom Pedro I era contra o Absolutismo vigente em Portugal. Num gesto, proclama a Independência, rompe com o pai, Dom João VI, e funda um Estado.

Bolívar era republicano, mas ditador. E, como Napoleão, desejava que as instituições tivessem sua imagem e forma. Dom Pedro II era imperador mas, ao fundar o Império, a primeira tentativa é a de criar instituições por intermédio de uma Assembléia Constituinte que construiu o arcabouço legal do Brasil. Os anais desta Constituinte, que não veio a se concluir, são fascinantes. Aqueles homens chegavam a cavalo ou em caruagens, deixavam o chapéu nas cadeiras e discutiam abstrações. Falavam da liberdade de imprensa, e não havia no Rio de Janeiro tipografias em condições de fazer jornais. Disseram sobre os predicamentos da magistratura, mas não tínhamos juízes. Falavam sobre direitos civis, e não havia autoridade pública. Sonhavam com uma Constituição para um país do qual ninguém conhecia



os limites.

Na América espanhola as instituições e estados surgiram dos enfrentamentos e do fio da espada. No Brasil, ela foi obra do gênio dos nossos homens públicos, tendo à frente a figura de José Bonifácio. Os primeiros anos foram difíceis. Surgiram as dificuldades com a Confederação do Equador, o Fico, a crise da Abdicação, a Maioridade. Essas crises, por incrível que pareça, foram resolvidas no Parlamento. Foram soluções políticas e jamais extrapolaram para confrontações sangrentas.

Por outro lado, as forças irregulares, embrião das nossas Forças Armadas, exerceram um papel diferente daquelas da América espanhola. Lá, elas não participaram do sonho de Bolívar, dividindo-se e possibilitando a fragmentação da Grã-Colômbia. Aqui, aos militares foi dada a alta e extraordinária missão de manter a unidade, e as nossas espadas fo-

ram usadas para cumprir a destinação histórica das Forças Armadas. Essa missão, como bem fixou o almirante Custódio José de Mello, é a de equilíbrio entre os embates políticos, a serviço da moderação, da arbitragem, da pacificação. Não é por acaso que o patrono do nosso Exército tem o nome de Pacificador. Nessa observação não vai nenhuma medida de valor. Há a constatação da História. Napoleão fez as básicas instituições da França. Bolívar fez a América espanhola, construiu países, sonhou com a unidade.

Aqui, Caxias, Osório, Tamandaré, Mascarenhas de Moraes, Castelo Branco e tantos outros, cada um no seu tempo deu uma contribuição definitiva à consolidação da pátria. Muitos deles foram políticos e soldados participando da construção da obra parlamentar.

No presente, desaparecidas as hipóteses de guerra no mundo, os nos-

so exércitos devem estar voltados para o cumprimento de suas missões profissionais, capazes de manter a ordem interna e proteger as instituições.

Para isso, é necessário dar-lhes condições de treinamento, capacitação, operacionalidade, sem esquecer o lado humano do soldado, devolvendo-lhe o status social, diminuído por ressentimentos passados, assegurando-lhes melhores condições de vida, de trabalho, vencimentos condignos.

Portanto, vamos adotar uma vacina no Mercosul: evitar qualquer investida de vendedores de armas em processo de falência, à procura de mercados. Nada de competição armamentista. A prioridade é assegurar condições para que tenhamos ordem interna, riqueza e bem-estar social.

■ José Sarney, ex-presidente da República, é senador pelo PMDB do Amapá